

FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ - FAACZ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

THALIA FANTIN DE OLIVEIRA

**CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DOS JOVENS EM CUMPRIMENTO DE
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO EM MUNICÍPIOS DA
MACRORREGIÃO NORTE DO ES**

ARACRUZ

2023

THALIA FANTIN DE OLIVEIRA

**CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DOS JOVENS EM CUMPRIMENTO DE
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO EM MUNICÍPIOS DA
MACRORREGIÃO NORTE DO ES**

Artigo científico apresentado às Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Psicologia.

Orientadora: Professora Ma. Karina de Andrade Fonseca.

ARACRUZ

2023

THALIA FANTIN DE OLIVEIRA

**CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DOS JOVENS EM CUMPRIMENTO DE
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO EM MUNICÍPIOS DA
MACRORREGIÃO NORTE DO ES**

Artigo científico apresentado às Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Psicologia.

RESULTADO: _____ NOTA: _____

Aracruz, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Karina de Andrade Fonseca (orientador)
FAACZ

Prof. Me. Stéfani Martins Pereira (examinadora)
FAACZ

Prof. Me. Eduardo Luiz Hubner Pereira (examinador)
FAACZ

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados durante todos os meus anos de estudos.

Agradeço aos meus pais, Orlando e Rosa, por embarcarem no meu sonho de cursar Psicologia e estarem sempre ao meu lado batalhando arduamente para que meu sonho se tornasse realidade.

Agradeço ao meu namorado, Eduardo, pelo apoio, incentivo e por estar ao meu lado nos momentos bons e ruins durante essa jornada acadêmica.

Agradeço a minha amiga, Nathalia, pela sua parceria e companheirismo durante esses cinco anos, compartilhando histórias e vivências importantes para a minha construção pessoal e profissional, e ao meu amigo Tim, pelo seu apoio e encorajamento.

Agradeço a minha professora orientadora, Ma. Karina de Andrade Fonseca, por sua dedicação e maestria no meu trabalho.

Agradeço aos meus professores, que contribuíram com tanto conhecimento e acolhimento na minha jornada acadêmica.

RESUMO

O estudo visa explicar a prática do psicólogo frente as medidas socioeducativas em meio aberto (LA) e (PSC) visando a promoção da saúde mental dos adolescentes socioeducandos. Os participantes são três psicólogos que atuam nas medidas socioeducativas da macrorregião norte do ES. O método da pesquisa tem como fundamento o método qualitativo, uma vez que permite o aprofundamento nos significados, nas relações e vivências de fenômenos que não podem ser quantificados. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista com roteiro semiestruturado organizado em três eixos: trajetória do profissional, o adolescente e o trabalho do psicólogo. Para analisar os dados coletados, foi utilizada a Análise de Conteúdo proposta por Bardin. Os resultados apontaram que os adolescentes, na visão dos participantes possuem um perfil social e familiar caracterizado por uma família desestruturada que possui constantes conflitos e que vivencia diferentes violências. Na visão dos participantes, os adolescentes, nesse ínterim, acabam mais facilmente cooptados pelo tráfico de drogas, pois nele encontram uma identidade valorizada e poder de consumo, o que os torna, então, sujeitos sociais. Informaram que o principal desafio para o trabalho é a articulação de um trabalho em rede, uma vez que a execução de um trabalho de ressignificação dos aspectos da vida que os levaram a cometer ato infracionais precisa de recursos que não estão todos na política pública de assistência social, o que faz sentido, uma vez que se pretende realizar um acompanhamento que se pautar na integralidade das ações. Ainda, observamos que a clínica ampliada é ferramenta teórica e prática para o trabalho do psicólogo nas medidas socioeducativas em meio aberto. Afirmamos que a hipótese apontada no projeto de pesquisa que originou esse estudo — a saber, “fatores sociais do adolescente que comete ato infracional refletem na saúde mental e na sua construção pessoal e social”, foi confirmada.

Palavras-chave: Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Trabalho do Psicólogo. Clínica Ampliada.

ABSTRACT

The study aims to explain the psychologist's practice in relation to socio-educational measures in an open environment (LA) and (PSC) aimed at promoting the mental health of socio-educational adolescents. The participants are three psychologists who work in socio-educational measures in the northern macro-region of ES. The research method is based on the qualitative method, as it allows for deeper understanding of the meanings, relationships and experiences of phenomena that cannot be quantified. Data collection was carried out through interviews with a semi-structured script organized into three axes: the professional's trajectory, the adolescent and the psychologist's work. To analyze the collected data, Content Analysis proposed by Bardin was used. The results showed that adolescents, in the participants' view, have a social and family profile characterized by a dysfunctional family that has constant conflicts and experiences different types of violence. In the participants' view, teenagers, in the meantime, end up more easily coopted by drug trafficking, as they find in it a valued identity and consumption power, which then makes them social subjects. They reported that the main challenge for the work is the articulation of network work, since carrying out work to re-signify the aspects of life that led them to commit criminal acts requires resources that are not all in the public assistance policy social, which makes sense, since the aim is to carry out monitoring that is based on the completeness of the actions. Furthermore, we observed that the expanded clinic is a theoretical and practical tool for the psychologist's work in socio-educational measures in an open environment. We affirm that the hypothesis highlighted in the research project that originated this study — namely, “social factors of the adolescent who commits an infraction reflect on mental health and their personal and social construction”, was confirmed

Key words: Socio-educational Measures in an Open Environment. Work of the Psychologist. Expanded Clinic.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
	3.1 Tipo de pesquisa	13
	3.2 Procedimentos para coleta de dados	14
	3.3 Análise de dados	15
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	15
	4.1 Os adolescentes que cumprem medida socioeducativa sob o olhar dos psicólogos que atuam com LA e PSC	15
	4.2 O trabalho do psicólogo.....	20
	4.3 Saúde Mental e Clínica Ampliada como pilares do trabalho com as medidas socioeducativas de LA e PSC	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS.....	27
	ANEXOS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A Assistência Social (AS) alcançou status de política pública para ser acessada por quem dela necessitar quando, com o advento da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 — “Constituição Cidadã” —, foi inserida no campo dos direitos sociais, sendo regulamentada alguns anos depois, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993. Operacionalizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), essa política pública se organiza em dois níveis de complexidade para ofertar proteção social aos cidadãos brasileiros: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) — essa hierarquizada em média complexidade (quando há violação de direitos sem rompimento de vínculos) e alta complexidade (quando há violação de direitos com rompimento de vínculos) (Fonseca, 2012).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais tem como objetivo estabelecer parâmetros, em todo o território nacional, para a oferta dos serviços de AS destinados à proteção social e à garantia de direitos aos diferentes perfis populacionais, dentre eles, adolescentes que, por determinação judicial, estão em cumprimento de medida socioeducativa e são atendidos pelo Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), inseridos na Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS (Brasil, 2014a). O serviço tem por finalidade:

[...] prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens (Brasil, 2014a, p. 34).

A medida socioeducativa “é uma medida de responsabilização do adolescente pela prática de um ato infracional. Portanto, tem uma dimensão educacional e uma dimensão coercitiva ou punitiva” (CFP, 2021, p. 20). O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, regulamenta a execução das medidas designadas a adolescentes que praticam ato infracional (Brasil, 2012). Dentre diferentes ações, visa atender as necessidades dos adolescentes quanto à garantia do direito de acesso à saúde de modo integral, sendo o

cuidado com a saúde mental uma das demandas que exige maior atenção (Dutra; Safi, 2014).

Mediante a esse contexto, o presente trabalho buscou analisar a atuação do profissional da psicologia nas medidas socioeducativas em meio aberto — LA e PSC — frente a promoção da saúde mental dos jovens infratores e seu reflexo na vida dos adolescentes.

O objetivo geral do estudo é compreender como o trabalho do psicólogo reflete na vida dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Especificamente, objetivou-se verificar como o psicólogo, a partir do relato de sua prática, compreende o perfil social dos adolescentes; conhecer o trabalho do psicólogo que atua nas medidas socioeducativas LA e PSC; verificar como ocorrem as ações de promoção da saúde mental frente a construção pessoal e social dos adolescentes e compreender a importância do processo de acolhimento e seus efeitos na saúde mental.

A pesquisa foi realizada com enfoque qualitativo, uma vez que tal método possibilita a exploração dos fenômenos em profundidade para que seus significados sejam extraídos, o que proporcionou aprofundamento para ser realizada a análise dos dados com riqueza interpretativa (Sampieri; Collado; Lucio, 2013). Como procedimento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas com os psicólogos participantes por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado organizado em três eixos: eixo 1: trajetória do profissional; eixo 2: o adolescente; e eixo 3: trabalho do psicólogo. Para analisar os dados coletados, foi utilizada a Análise de Conteúdo proposta por Bardin, que possibilita a interpretação dos conteúdos manifestados pelas comunicações (Bardin, 1977).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A política pública de Assistência Social (AS), operacionalizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visa ofertar serviços, programas, projetos e benefícios que promovam proteção social às famílias e indivíduos que dela necessitarem. É organizada em dois níveis: Proteção Social Básica (PSB), cujos serviços são focados em “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2004, p. 33) e Proteção Social Especial (PSE), cujos serviços se destinam no apoio a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados. Pode ser, ainda,

subdividida em Média Complexidade, quando a violação de direitos não promoveu rompimento de vínculos familiares ou comunitários, e em Alta Complexidade, quando a violação de direitos promoveu tais rompimentos, sendo demandada proteção integral (Brasil, 2014a).

Dentre os serviços que compõem a média complexidade do SUAS temos as medidas socioeducativas, que

[...] são medidas aplicáveis aos adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos incompletos, pela prática de ato infracional. A execução da medida deve ocorrer por meio de ações educativas com garantia dos direitos do(da) adolescente, contribuindo assim para a formação da sua cidadania (Tribunal de Justiça do Piauí, 2022, p. 1).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) — Livro II – “Parte Especial”, Título III - “Da prática de ato infracional”, Capítulo I – “Disposições Gerais”, Art. 103, “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 1990). Como exemplo, temos roubo, tráfico de drogas, violência sexual, homicídio, ameaça, desacato, lesão corporal, furto, porte de arma, etc. Neste íterim, é importante destacar que a conduta criminosa de um adolescente é tipificada pelo ECRIAD, enquanto que, para maiores de 18 anos, a tipificação do crime é pelo Código Penal. Assim, a proposta da socioeducação não deve ser punitiva, mas sim, pedagógica, uma vez que o adolescente, por ainda estar em formação de seus valores e de sua identidade, deve ser responsabilizado por seu ato equivocado, sendo tal responsabilização pautada em ações que proporcionem meios para que possa ressignificar a sua conduta.

A partir da confirmação de que o adolescente cometeu ato infracional, cabe às autoridades competentes a análise dos fatos e a aplicação de uma das medidas previstas no Art. 112 do ECRIAD, a saber:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições (Brasil, 1990, s.p.).

Destaca-se o fato de que são organizadas em duas modalidades: medida socioeducativa em meio aberto, cuja responsabilidade de gestão e execução é do SUAS, e medida socioeducativa em meio fechado, cuja responsabilidade é do sistema de justiça. No âmbito da política pública de AS, as medidas socioeducativas compreendem a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviços à Comunidade, ambos os serviços inseridos na Proteção Social Especial de Média Complexidade (Brasil, 1990), sendo essas objeto de estudo nessa pesquisa na perspectiva do trabalho do psicólogo que atua na execução das mesmas.

Segundo o ECRID, a Prestação de Serviços à Comunidade

Art. 117. [...] consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (Brasil, 1990, s.p.).

Já Liberdade Assistida

Art. 118. [...] será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor (Brasil, 1990, s.p.).

De acordo com a Norma Operacional Básica de Recurso Humanos do SUAS (NOB RH-SUAS), a equipe que atua na oferta das medidas socioeducativas em meio aberto deve assumir a seguinte composição: 1 coordenador, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 advogado, 2 profissionais de nível superior ou médio e 1 auxiliar administrativo (Brasil, 2011). Essa equipe fica instalada nos CREAS e deve trabalhar

junto do adolescente que cometeu ato infracional para construção de novos projetos de vida que sejam permeados por acesso a oportunidades variadas, que supram suas demandas quanto à saúde, educação, cidadania, cultura, esporte, lazer, direito à convivência familiar e comunitária harmoniosa, desenvolvimento de autonomia, dentre outros objetivos que possibilitem contato desses adolescentes com novos modos de vida. Esse trabalho precisa ser realizado em ambiente físico que possibilite a recepção acolhedora e a realização de atividades e atendimentos individualizados e coletivos, bem como ter à disposição recursos e materiais para qualificar cada ação.

Frente a essa contextualização, é imprescindível pontuar a importância da assistência a esses jovens. A adolescência é marcada por mudanças, sendo elas de origem física, biológica e emocional. A Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em Medidas Socioeducativas (CFP, 2021) pontua que

O tema infância e adolescência é bastante caro à Psicologia, pois refere-se a indivíduos sociais em processo de desenvolvimento, o que implica a existência de políticas públicas e de uma rede de apoio para que seus direitos sejam efetivados (p. 12).

Em meio a esse contexto, é fundamental se atentar ao ambiente social ao qual o adolescente está inserido, uma vez que o meio exerce forte influência sobre o indivíduo. É a partir do viver em sociedade que cada sujeito irá se constituir como pessoa, formando, assim, sua identidade. Dessa forma, o papel do psicólogo e das políticas públicas deve se atentar a questões vivenciadas por esses jovens.

Em decorrência desses fatores, ao ser analisado o contexto social vivenciado pelos adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, encontra-se um cenário que revela um ambiente permeado por conflitos familiares, violência e pobreza. Ao analisar o cenário social, o Brasil se estabelece sendo um país constituído por diferenças de classes sociais, econômicas e políticas, desencadeando um ciclo de desigualdade. Os jovens em situação de vulnerabilidade se caracterizam como sendo os mais prejudicados pela desigualdade e pelas violências sociais. Ao retratar o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, verifica-se que os mesmos residem em bairros no qual a pobreza, a criminalidade e o abandono familiar fazem parte de suas vivências (Paula *et al.*, 2017).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterado pela Lei nº 13.010, de 26 de julho de 2014:

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (Brasil, 2014b, s. p.).

O direito à qualidade de vida do adolescente abarca aspectos afetivos, sociais e econômicos. Todo indivíduo é digno de direitos. Diante disso, compreender os adolescentes em conflito com a lei como sujeitos de direitos obriga o Estado a garantir-lhes proteção social e cuidado de forma ampla e integral, especialmente em relação à promoção da saúde mental nas diferentes políticas públicas, como a Assistência Social, por meio de uma perspectiva da Clínica Ampliada. Ao pensar na Clínica Ampliada frente as medidas socioeducativas, temos que ela

[...] adentra e perpassa o trabalho com adolescentes em liberdade assistida quando permite a ampliação dos modos de interação com estes, ao estabelecer uma clínica no plural. Indaga-se sobre os processos múltiplos e complexos acerca da Clínica Ampliada que dizem de outros modos de ser, estar e habitar o mundo em suas diferentes relações; modos estes que se estendem aos usuários e aos profissionais (Tedeschi; Silveira, 2013, p. 10).

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescentes que praticam ato infracional ao detalhar o previsto no ECRAD (Brasil, 2012). Em seu Art. 60, temos descritas as ações que devem ser realizadas para a garantia dos direitos à saúde:

Art. 60. A atenção integral à saúde do adolescente no Sistema de Atendimento Socioeducativo seguirá as seguintes diretrizes: III - cuidados especiais em saúde mental, incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas, e atenção aos adolescentes com deficiências (s.p..).

Mediante a todo o contexto explanado, o presente trabalho busca analisar a atuação do profissional da psicologia nas medidas socioeducativas em meio aberto (LA) e (PSC) frente a promoção da saúde mental dos adolescentes infratores. Neste íterim, o trabalho do psicólogo

[...] implica o envolvimento com a construção de práticas que contribuam para a efetivação das políticas públicas pautadas nesse novo paradigma, articulador de ações entre o Estado, a família e a sociedade. Trata-se de uma área de atuação que envolve a abordagem junto à criança e ao adolescente quanto o exercício de seus direitos e, também, as ações que asseguram um processo de transformação das instituições e mentalidades ainda orientadas pela doutrina da situação irregular (CFP, 2012, p. 30).

O trabalho do profissional da psicologia com as medidas socioeducativas em meio aberto deve promover escuta do adolescente que considere suas experiências, linguagens, expressões e seu contexto cultural e comunitário, estando articulada com os ambientes aos quais esses jovens fazem parte. Nesse sentido, o profissional vai atuar como mediador de significados, proporcionando um ambiente acolhedor que objetive promover o desenvolvimento de autonomia tanto pelas ações diretamente com o indivíduo quanto pelas ações promovidas no espaço coletivo. Nesse cenário, acolher vai ao encontro de uma escuta que objetiva conhecer a história do adolescente, e não somente ao ato infracional cometido (CFP, 2021).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa

Este é um estudo exploratório com enfoque qualitativo.

Uma pesquisa com enfoque qualitativo “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (Minayo *et al.*, 2002, p. 21-22). Ao adentrar no campo de pesquisa, o objetivo traçado é voltado a uma realidade envolvida por significados, relações e vivências. Minayo e colaboradores (2002) expõem que o modelo qualitativo está interligado às ciências sociais, que se caracteriza como uma realidade que não pode ser quantificada.

O enfoque qualitativo vai ao encontro das características que objetivam a exploração dos fenômenos em profundidade. Os significados são extraídos dos dados possibilitando aprofundamento voltado a uma riqueza interpretativa, sendo estabelecido como um processo indutivo organizado por uma via que explora, descreve e, depois, se volta para as perspectivas teóricas em alinhamento com a análise das múltiplas realidades subjetivas (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

A realização de uma pesquisa exploratória se alinha adequadamente a uma pesquisa com enfoque qualitativo, uma vez que

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois

interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado (Gil, 2022, p. 42).

3.2 Procedimentos para coleta de dados

Para a realizar essa pesquisa, utilizou-se como procedimento para coleta de dados entrevistas. A entrevista se caracteriza como uma abordagem técnica. É por meio da fala do entrevistado que o pesquisador irá obter informações. Segundo Minayo (2002), a entrevista: “[...] se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (p.57). Dessa forma, se qualifica como um procedimento fundamental para contribuição dos resultados da pesquisa realizada.

A entrevista se fundamentou por meio de um roteiro semiestruturado, que proporcionou ao entrevistado discorrer mais sobre o assunto. O roteiro foi baseado no contexto de atuação dos profissionais da psicologia e evoluiu questões para conhecer, em especial, como é exercido o cuidado com a saúde mental dos jovens em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto nos serviços de LA e PSC, bem como compreender, em aspectos mais gerais, a atuação dos profissionais da psicologia e o olhar para as práticas que também se configuram como ações para a promoção da saúde mental dos adolescentes quem cumprem as referidas medidas socioeducativas, além dos efeitos que esse trabalho pode produzir na vida deles.

O roteiro foi dividido em três partes:

- *Eixo 1: Trajetória do profissional.* Esse eixo retratou o percurso profissional, abordando questões relacionadas à atividade profissional como psicólogo;
- *Eixo 2: O adolescente.* Nesse eixo, os participantes responderam questões relacionadas ao perfil dos adolescentes atendidos e ao contexto social e familiar vivenciado;
- *Eixo 3: O trabalho do psicólogo.* Esse eixo focou as questões no relato de experiência do profissional nos serviços LA e PSC e nas práticas de cuidado em saúde mental dos adolescentes acompanhados.

3.3 Análise de dados

Para analisar os dados coletados, foi utilizado o método da Análise de Conteúdo proposta por Bardin. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo se estrutura como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (p. 31), realizada por meio de “procedimentos sistemáticos e objetivos de criação do conteúdo das mensagens” (p. 34). Portanto, tem a finalidade de interpretar conteúdos manifestados pelas comunicações.

Bardin (1977) caracteriza quatro tipos de análise de conteúdo, a saber: análise de avaliação, análise de anunciação, análise de expressão e análise temática. A análise temática foi utilizada no presente estudo. Segundo Bardin:

“Fazer uma análise temática, consiste em descobrir os núcleos de sentidos que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 1997, p. 105).

Dessa forma, por meio do tema traçado e dos relatos das entrevistas, foram estabelecidos significados que objetivaram os fenômenos analisados e as relações entre si. O fenômeno analisado se refere ao trabalho do psicólogo no cuidado em saúde mental dos jovens em cumprimento das medidas socioeducativas LA e PSC.

A estrutura utilizada para o levantamento e análise dos dados seguiu uma organização baseada na pré-análise, exploração do material e no tratamento dos dados. O primeiro contato com o documento, a pré-análise, envolveu uma “leitura flutuante”, seguindo a lógica da exaustividade do conteúdo. A exploração do material foi organizada por cores, sendo escolhida uma cor para representar trechos das entrevistas que continham os seguintes significados: relações familiares, fatores sociais e relacionados aos contextos em que conviviam/convivem, o papel do psicólogo, os desafios de trabalhar na LA e PSC, saúde mental. Ao final da etapa de exploração do material, verificou-se que todos os trechos que possuíam a mesma cor foram agregados para serem encontradas as categorias, ou seja, o termo que representaria o sentido de todas as falas do psicólogo que apresentavam o mesmo conteúdo (Câmara, 2013).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Os adolescentes que cumprem medida socioeducativa sob o olhar dos psicólogos que atuam com LA e PSC

Participaram do estudo três psicólogos que atuam em Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de três municípios da macrorregião norte do estado do Espírito Santo e que são referência técnica para execução dos serviços de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

Segundo dados do IBGE (2022), o município de Aracruz conta com uma população de 94. 765 habitantes, o município de Ibraçu abarca uma população de 11. 723 habitantes e o município de Linhares apresenta uma população superior aos municípios citados, com 166. 786 habitantes. Dessa forma, ao retratar o porte apresentado pelos CREAS de Aracruz e Linhares, os mesmos fazem parte de Municípios em Gestão e Estados com Serviços Regionais, com capacidade de atendimento de 80 pessoas. Já voltada a realidade de Ibraçu, sua demanda se refere a Municípios em Gestão Inicial e Básica, com capacidade de atendimento de 50 pessoas (Brasil, 2011).

Os participantes, de forma geral, informaram que a Psicologia não foi a primeira opção de curso de graduação. Segundo um deles, *“Não, a psicologia não foi minha primeira opção. Eu acho que isso acontece muito com estudantes de psicologia, né. Antes de começar a pensar sobre a psicologia, eu pensei em diversos outros cursos de áreas bem diferentes... música, direito”*.

Os psicólogos entrevistados têm entre 10 e 17 anos de formados e, antes de atuarem no SUAS, trabalharam na área clínica. As primeiras experiências com políticas públicas foram em unidades básicas de saúde, programa de saúde mental e secretaria de educação. Especificamente, com relação aos serviços de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, cada participante informou desde quando nos mesmos — 2007, 2017 e 2022. O motivo de terem migrado a atuação para esses serviços foi em decorrência de oportunidade de emprego por meio de processos seletivos e relataram que, após serem aprovados e iniciarem as atividades, se identificaram com o trabalho.

Os participantes relataram que os fatores sociais e o ambiente vivenciados pelos adolescentes são envolvidos pela constante presença de conflitos vinculados a diferentes tipos de violência e tráfico de drogas, com guerra entre bairros. Relataram compreender que os contextos sociais em que estão inseridos, portanto, são permeados por privações e cercados pela violação de seus direitos como indivíduos, conforme pode ser verificado nos relatos abaixo:

[...] o contexto social também desses meninos há muitos conflitos, violências, tráfico, pouco ou quase nem um acesso a informações e direitos.

Às vezes o local também a onde ele reside, a gente tem alguns que moram em bairros mais perigosos e aí acaba que essa questão da amizade ou mesmo das dificuldades dentro de casa, as brigas.

Eles não têm direito a lazer, eles não acessam um lazer, nada relacionado a cultura, a arte, eles vivem somente ali.

Os dados desse estudo demonstraram que o contexto social está interligado a diversos fatores que dialogam com as vulnerabilidades frente a violência e violações de direitos vivenciadas por esses adolescentes perante um cenário fragilizado de oportunidades em decorrência de serem compreendidos pela sociedade em geral como territórios permeados pela discriminação em decorrência da marginalização desses locais. Em meio a esse contexto, a análise desse cenário vai ao encontro dos conceitos de raça e cor. De acordo com a publicação “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições vida da população brasileira”, de autoria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), 70% da população preta e parda ocupa as classes intituladas pobres e extremamente pobres, refletindo na construção de um território vulnerável, onde a falta de recursos e o preconceito imperam. Dessa forma, o reflexo exposto ao analisarmos os dados dessa pesquisa retrata a realidade vivenciada pelos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

A vulnerabilidade é uma das consequências da pobreza marcante do nosso país (Malvasi; Odorno, 2014). Se tratando de medidas socioeducativas, a noção de vulnerabilidade juvenil se apresenta como um marco central nos anos 1990 e 2000. A construção desse termo possui significado de fragilidade e dependência vivenciada por esses jovens. Ao retratar o jovem que é vulnerável, a imagem criada pela sociedade é de discriminação, sendo o adolescente morador de um bairro habitado por pessoas com baixa renda e que, normalmente, são associadas a um perfil perigoso e criminoso.

A noção de vulnerabilidade é atrelada à necessidade de ações do Estado que promovam a proteção de jovens pobres privados de seus direitos, mas esbarra na ideia já socialmente naturalizada de que todo jovem advindo de um contexto vulnerável é criminoso simplesmente devido a elementos como seu local de moradia e sua configuração familiar, restando a eles, portanto, apenas o desfecho de envolvimento com a criminalidade (Malvasi; Adorno, 2014). Assim, esses adolescentes ficam marcados pelo estereótipo de indivíduos perigosos e que devem ser excluídos socialmente.

Voltando o olhar para uma análise mediante os dados, o Estado muitas vezes acaba reforçando, na proposição de políticas públicas, a lógica de divisão de classes na

sociedade brasileira entre ricos e pobres. A omissão do Estado desencadeia a presença de territórios cada vez mais marginalizados, e a desigualdade social é a representação desse fato (Ferreira; Penna, 2005). O Estado, historicamente, vem cumprindo um papel de vigiar aqueles intitulados pobres, pretos e que vivem em bairros periféricos. Foucault, em sua obra “Vigiar e Punir” (1987), traz luz à discussão ao apresentar o conceito de corpos dóceis. Ao retratar o corpo dócil, o autor o caracteriza como um corpo útil, disciplinado, que pode ser manipulado e moldado para se adequar à norma, ao “normal”. Dessa forma, o Estado intervém com uma política de vigiar e punir por meio de mecanismos como, por exemplo, o Sistema Judiciário, que muitas vezes acaba legitimando práticas públicas de necropolítica, cujos principais alvos são os jovens pretos, pobres e que moram em periferias. Consequentemente, dentro dessa lógica, são eles que compõem a grande massa de adolescentes que cumprem medida socioeducativa, seja em meio aberto ou em meio fechado.

Em meio a esses fatores, o tráfico de drogas surge como uma possibilidade de ofertar uma identidade que atribui a esses adolescentes valor social, além de ser, também, meio que oferece ganhos que permitem o consumo, como pode ser verificado na fala de um participante: *“o tráfico abraçou esses meninos. Às vezes, dentro da comunidade onde ele está, ele vê os que já estão ali chefiando, passando com roupas de marca, com calçados de marca e aí é que ele começa a querer ter o dinheiro dele para ter aquilo também”*.

Essa fala retrata o impacto da ausência do Estado na oferta de políticas públicas de educação, lazer, cultura, primeiro emprego, qualificação profissional e convivência de forma qualificada, especialmente para adolescentes e jovens que moram em áreas vulneráveis socialmente. Desse modo, tal ausência não promove estímulo para ocuparem a cidade em que residem para além do contexto em que habitam, o que colabora para invisibilizá-los e condicioná-los às restritas possibilidades de desenvolvimento quanto aos diferentes aspectos da vida, dentre eles, o de consumo. Nesse contexto, o tráfico de drogas apresenta-se como meio que os torna visíveis para o outro, que lhe dá uma posição social ao menos dentro do seu território, e que o legitima enquanto sujeito porque passa a ter renda para consumir

O contexto social em que vivemos é marcado por uma estrutura capitalista, que carrega consigo o consumismo. O consumo estabelece um modo de vida determinante no que se refere às posições ocupadas pelo indivíduo (Wasum, 2012). A alienação se fundamenta como uma característica que fortifica o consumo, produzindo um ciclo

vicioso que atende exclusivamente ao capital (Wasum, 2012). Voltando o olhar para a adolescente, verifica-se que os adolescentes têm suas perspectivas e desejos dentro da sociedade de consumo, como pontuado pelo entrevistado, e o tráfico de drogas possibilita que ele tenha meios para consumir e para torná-lo, portanto, socialmente visível. Dessa forma, o tráfico oferta algo que é ainda mais valioso: uma identidade aos jovens envolvidos, pautada em valorização. Dentro do contexto que envolve o tráfico, o traficante é reconhecido como um herói, assumindo um papel de valorização e importância (Faria; Barros, 2011).

Além disso, é nesse contexto que adolescentes socialmente vulneráveis encontram um lugar de afeto e reconhecimento, pois nessa comunidade não são mais inviabilizados e nem discriminados simplesmente pela cor da sua pele, pela classe social, ou pelo lugar em que moram. Portanto, ser um membro do tráfico é agregar valor à sua imagem.

Os dados fornecidos pelos participantes apontaram também que o perfil social dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto em alguns dos municípios da macrorregião norte do estado do Espírito Santo é permeado também pela vulnerabilidade afetivo-familiar. Suas famílias são frequentemente estigmatizadas até mesmo dentro das próprias políticas públicas sociais como “desestruturadas”, enxergadas como ambientes permeados por conflitos e ausência de cuidado, como podemos ver nas respostas dos participantes elencadas abaixo:

[...] uma grande parte que a gente tem são situações onde a mãe já ou está ou já foi presa; o pai ou está ou já foi preso... É situações [sic] de muitos desentendimentos, muitas brigas... muitos não tem contato, alguns não tem contato com os pais, ou não tem contato com a mãe, ou nem conheceram.

[...] é um perfil de geralmente pessoas, jovens um pouquinho mais velhos nesse... na adolescência... geralmente fora da escola, é... com vínculos familiares um pouco fragilizados assim, não são todos... alguns moram na casa dos seus pais, mas outros acabam tendo muitos conflitos com os pais.

[...] adolescentes que vivenciam uma falta de estrutura familiar; famílias desestruturadas, muitos conflitos, pais e filhos, mães e filhos com os vínculos muito fragilizados e uso de substâncias também.

Ao analisar o contexto familiar, comumente marcado por conflitos e vulnerabilidade socioeconômica, é conhecido pela literatura científica sobre o tema que prejuízos ao desenvolvimento de adolescentes e jovens que vivenciam esses contextos familiares podem ocorrer (Emidio *et al.*, 2019). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) enfatiza a proteção e o cuidado da criança e do adolescente no que diz respeito

a proteção integral. O Estado, a família e a sociedade possuem papel de garantir as condições para o desenvolvimento da criança e do adolescente, prevenindo situações em que possam ser discriminados, explorados e violentados de diferentes formas (Brasil, 2021).

É comum encarmos as famílias dos adolescentes em conflito com a lei como “desestruturadas” e, até mesmo, as culpabilizarmos pela situação em que se encontra o adolescente. Essa atribuição vai ao encontro de um modelo em que se assumem como desestruturadas as famílias pobres, conflituosas, que fazem uso de álcool e outras drogas, que ocupam as periferias. Dessa forma, a utilização dessa expressão fortalece a exclusão e a desigualdade social ao individualizarem as condutas dessas famílias frente a algo muito mais amplo, complexo, e que independe das escolhas que fizerem enquanto grupo familiar — ou seja, desconsiderando que o grande agravante é a ausência do Estado nos territórios em que vivem. Essa noção é baseada na criminalização da vulnerabilidade socioeconômica, acarretando, assim, na desvalorização e nos estigmas atrelados a essas famílias (Cardoso *et al.*, 2020).

4.2 O trabalho do psicólogo

Quando se tratam de questões voltadas para a prática do profissional psicólogo na política pública de assistência social quando atua no processo de execução das medidas socioeducativas em meio aberto, os participantes relataram que o trabalho tem como objetivo realizar encaminhamentos e orientações, bem como estimular uma ressignificação frente ao ato infracional cometido.

[...] acho extremamente importante entender todo esse contexto dele e, a partir disso, tentar trabalhar esse adolescente para que possa ser inserido no mercado de trabalho, para que ele possa ter um novo olhar para a vida dele, porque eu acho que muitas vezes eles se sentem incapazes por eles de viverem naquela realidade.

[...] a gente trabalha muito a questão da orientação e também identificar as necessidades e realizar encaminhamento.

[...] eu faço trabalho de grupos com eles, a gente faz alguma recreação também, a gente faz alguns passeios, eu faço às vezes intercâmbio com alguma necessidade para acessar documentos, para ter um acesso melhor a esse retorno escolar, visitas domiciliares, encontros de famílias, os encontros de família são muito bons, são muito importantes.

Os dados desse estudo expressam que o trabalho do psicólogo vai ao encontro de uma estrutura de ações que visam o desenvolvimento de um serviço pautado na articulação entre a sistematização na oferta das medidas, o adolescente, e tudo aquilo que o envolve. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014) pontua que o objetivo traçado para os serviços de medidas socioeducativas é de fornecer acesso a direitos, colaborando no processo de ressignificação de valores que englobam a vida social e pessoal dos adolescentes e jovens. O psicólogo, dentro desse contexto, segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP), tem como objetivo realizar escutas, encaminhamentos e orientações.

Considerando essa realidade, a orientação realizada pelo profissional psicólogo busca provocar reflexões nos adolescentes quanto ao ato infracional e sua vida (Oliveira; Souza, 2020). O encaminhamento, então, assume papel estratégico de articulador entre outros serviços públicos, potencializando o trabalho em rede e colaborando para um melhor atendimento do adolescente ao serem consideradas as suas necessidades de modo integral (Oliveira; Souza, 2020).

Ao se aprofundar no trabalho em rede, o CREPOP (2021) pontuou que a articulação entre o sistema de socioeducação, o adolescente, sua família e as políticas públicas sociais básicas (como saúde, educação e assistência social), visa produzir meios para melhor colaborar com o processo de ressignificação desse indivíduo. Assim, a psicologia exerce um trabalho pautado em ações vinculadas a várias redes, uma vez que faz parte de uma equipe multiprofissional, que engloba ações interdisciplinares, e atua em diferentes setores de atuação em políticas públicas (CREPOP, 2021).

A escuta como ferramenta para o trabalho do psicólogo possibilita adentrar na realidade de vida vivenciada pelo adolescente. Dessa forma, a escuta se caracteriza como uma via que possibilita compreender os saberes expostos pelos adolescentes em suas narrativas, assim como sua linguagem e expressões que envolvem o seu contexto cultural e os grupos ao qual ele pertence, o que facilita, assim, identificar e trabalhar pela reflexão e análise de seus anseios, desejos e sofrimento psíquico desses sujeitos (CREPOP, 2021). A família, em meio a esse trabalho, é reconhecida como fundamental nesse processo, uma vez que a sua implicação pode colaborar para a elaboração e execução de práticas interventivas que promovam o desenvolvimento desses adolescentes.

Em meio às práticas exercidas pelo psicólogo, quando pontuadas as questões do mercado de trabalho para jovens, se faz importante trazer luz ao debate. O trabalho se caracteriza como importante e necessário dentro de uma sociedade capitalista, e é

socialmente pactuado o entendimento de que a inserção dos jovens no mercado de trabalho possibilita o desenvolvimento de habilidades e responsabilidades. O emprego tem como um de seus objetivos promover um cenário de garantias econômicas às famílias e indivíduos, no entanto, cabe refletir sobre o significado do trabalho dos jovens de gerações mais atuais, nascidos a partir dos anos 2000, como é o caso dos adolescentes atendidos pelos serviços que executam medidas socioeducativas nos CREAS em que atuam os psicólogos participantes deste estudo.

Devemos nos perguntar: o desejo frente à escolha profissional é respeitado? O que se espera que uma atividade laboral provoque na vida do adolescente infrator? É muito comum a crença na sociedade em que vivemos de que o trabalho é uma das principais vias para tornar o indivíduo um sujeito digno, honroso e honesto porque é produtivo. O trabalho é muito bem-vindo, mas a escolha de um caminho profissional deve considerar a subjetividade de cada indivíduo (DIB, CASTRO, 2010).

Os psicólogos participantes desse estudo apontaram outras dificuldades quanto ao desenvolvimento do trabalho:

[...] eu acho que a única questão hoje é o atraso dos documentos, [...] eu acho que é mais essa questão da demora mesmo, porque às vezes a gente fica nessa cobrança e não está tendo do outro lado.

[...] quando você pegar a Tipificação da Assistência é muito linda no papel, muito linda, muito perfeita. Mas, a prática é muito diferente, a prática não consegue ser realizada de forma plena por conta da forma como é gerida como a gestão da Assistência Social faz, isso que faz torna difícil a execução de tudo que está dito na tipificação [...] outros desafios né, que são com, relacionado ao judiciário. O judiciário tem pouquíssimo diálogo com a execução da medida socioeducativa. [...] Você chega numa audiência e você tem um defensor público que não conhece nada do menino, ele não conhece o relatório, ele não lê o relatório, ele não leu nada.

Em meio a essa questão, os participantes destacaram dificuldades quanto ao trabalho em rede. A Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) em Medida Socioeducativa pontua que os processos voltados ao atendimento socioeducativo abrangem ações e projetos que se ramificam em diversos setores e que dialogam com as medidas socioeducativas vinculadas ao trabalho do psicólogo. Dessa forma, é de fundamental importância a articulação intersetorial para o desenvolvimento do atendimento ao adolescente de modo integral (CREPOP, 2021). Segundo os participantes, as dificuldades para a realização de um trabalho em rede efetivo se encontram na falta de articulação dentro da própria política de assistência social. Em meio a esse contexto, ao

retrataram essa dificuldade, os psicólogos participantes coadunam com os pilares da atenção psicossocial pontuados por Amarante (2011), que diz respeito aos campos teórico-conceitual, técnico-assistencial, jurídico-política e sociocultural, o que faz demandar, portanto, o trabalho articulado entre diferentes políticas públicas, uma vez que são ações complexas e que demandam ações de diferentes políticas públicas e instituições. No entanto, o que se observa é que a ausência ou má articulação intersetorial desencadeiam problemáticas no que diz respeito a fragmentação do diálogo e das ações, prejudicando, portanto, a execução de um trabalho que dependa da articulação entre redes (Carvalho; Farias, 2019).

4.3 Saúde Mental e Clínica Ampliada como pilares do trabalho com as medidas socioeducativas de LA e PSC

Quando se trata da saúde mental do adolescente, os participantes responderam que o trabalho é realizado considerando o desenvolvimento de potencialidades, autonomia, autoconhecimento e orientação. O acolhimento se faz importante na promoção da saúde mental em decorrência da existência de uma falta perante esse cuidado envolvendo as famílias e o contexto social vivenciados por esses adolescentes.

[...] a gente não realiza clínica aqui, não pode realizar atendimento clínico. Então, quando a gente identifica alguma necessidade de acompanhamento ou quando já chega com algum laudo, às vezes, quando eles chegam da unidade para os que já passaram pelo IASES, às vezes vem também um encaminhamento, então a gente faz esse acompanhamento do encaminhamento [...] eu acho que um dos focos seria essa questão de identificar a necessidade deles estarem em acompanhamento. Às vezes, quando eu considero necessário, até faço uma escuta deles... tem alguns que chegam querendo conversar, então, até para identificar e fazer o encaminhamento.

[...] trabalhar as potencialidades desses jovens, trabalhando o autoconhecimento, o acolhimento, porque, às vezes, eles querem que alguém os acolha, que escute.

[...] eu acredito que, de alguma forma, a gente pode sim auxiliar numa melhora, com algumas orientações que a gente faz para adolescente, seja às vezes para um curso, para alguma coisa ligada ao lazer dele... acho que, de alguma forma, através disso, a gente consegue ter, às vezes, uma melhora na saúde mental dele. [...] no momento eu acredito que a gente acaba auxiliando através de algumas orientações que a gente faz para eles.

[...] é trabalhada por meio do acolhimento a esses meninos. A sua grande maioria, quase todos tem, como eu já havia falado, um contexto

familiar muito conflituoso, então, isso faz do acolhimento muito importante. Trabalhamos também a autonomia desses meninos, esse autoconhecimento, e, como já havia falado, de orientar esses meninos dos seus direitos, de tirar uma identidade, de uma orientação mesmo.

Ao analisar o entendimento dos psicólogos participantes quanto ao trabalho de cuidado em saúde mental, é preciso buscar auxílio nas diretrizes da clínica ampliada. Esse conceito se apoia em uma perspectiva interdisciplinar, abrangendo níveis individual e social, de modo a abarcar a vida como um todo, alinhando-se com um modo de trabalho transdisciplinar frente às complexidades humanas (Santos, 2019). Encontramos na Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (SUS) uma concisa definição:

aposta na indissociabilidade entre os modos de produzir saúde e os modos de gerir os processos de trabalho, entre atenção e gestão, entre clínica e política, entre produção de saúde e produção de subjetividade. Tem por objetivo provocar inovações nas práticas gerenciais e nas práticas de produção de saúde, propondo para os diferentes coletivos/equipes implicados nestas práticas o desafio de superar limites e experimentar novas formas de organização dos serviços e novos modos de produção e circulação de poder (Brasil, 2009).

Voltando esse olhar para a prática dos psicólogos participantes quanto ao cuidado em saúde mental prestados aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto de LA e PSC, verifica-se que a clínica ampliada é ferramenta teórica e prática fundamental para o acompanhamento, uma vez que, conforme diretrizes da PNAS (BRASIL, 2004) e demais regulamentações do SUAS, o trabalho do psicólogo na AS não deve ser calcado na prática psicoterapêutica, uma vez que esta é atribuição da política pública de saúde, no entanto, a perspectiva da clínica ampliada nos aponta a possibilidade do exercício do cuidado em saúde mental nos mais diferentes espaços.

Práticas psicológicas como escuta, acolhimento e ações para ressignificação e fortalecimento dos vínculos e dos afetos, para superação de sentimentos de culpa e de medo frente ao desenrolar da vida e para disponibilizar informações assertivas são exemplos de atuação em uma perspectiva de clínica ampliada e é desejável que sejam desenvolvidas nos mais diferentes ambientes de trabalho (BRASIL, 2009) (Santos, 2019).

Seguindo esse raciocínio, ter a clínica ampliada como parâmetro para o trabalho na perspectiva da produção do cuidado em saúde mental também no âmbito da execução das medidas socioeducativas em meio aberto significa assumir o trabalho em rede como premissa. O fazer dentro da AS não se volta unicamente para o sujeito, mas para tudo aquilo que o envolve, se voltando para aspectos sociais e subjetivos, potencializando o

protagonismo e a autonomia (Silva; Benatti, 2020). Ao voltar-se para o contexto das medidas socioeducativas, o psicólogo deve contemplar, assim como apontado pelos entrevistados, o trabalho de potencialidades, acolhimento, orientação, produção de autoconhecimento e autonomia, e a clínica ampliada é ferramenta essencial para esse trabalho (Dettmann *et al.*, 2016).

Foucault (1985) nos apresentou o conceito de cuidado de si, um campo de estudos sobre a subjetividade humana, a partir de reflexões acerca da vida do homem como uma obra de arte permeada pela estética da existência. Segundo Gomes, Ferreri e Lemos (2018, p. 189),

Na Antiguidade, os gregos pretendiam estilo às suas vidas, utilizavam técnicas para estilizar sua conduta, realizavam constantes trabalhos sobre si mesmos e uma constante reflexão sobre esses mesmos trabalhos, os quais incidiam no envolvimento de relações para com os outros, para com a prática da verdade e do franco falar. Entretanto, todo um plano de constituição do sujeito, suas escolhas de modos de viver, se realizava dentro um marco regido por princípios e cercado por limites que se impunham como condições. A estilização das condutas, norteadas pela noção do cuidado de si dos antigos, permitia uma reflexão moral e ética, na qual os sujeitos se encarregariam de estar cientes de suas práticas e exercícios de liberdade, além de uma constante atenção e prudência para lidar com funções políticas. Nesse sentido, o cuidado de si oferece subsídios de análises quanto às práticas políticas dentre os governos dos homens, naquilo que repercute, ao mesmo tempo, em um governo de si e/ou governo dos outros.

Nesse sentido, o trabalho do psicólogo no cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC pode, pautando-se nas estratégias da clínica ampliada, ser um dos meios facilitadores para a prática do cuidado de si, no sentido foucaultiano, pelos adolescentes. Para o pensador, o cuidado de si era um exercício da liberdade de criar e inventar a si mesmo, portanto, pode o psicólogo atuar junto aos adolescentes que cometeram ato infracional para colaborar na conquista de autoconhecimento e protagonismo sobre a própria vida, elementos fundamentais para a prática do cuidado de si, uma vez que é uma constante invenção e reinvenção de si e que só pode ser executada pelo próprio sujeito (Oliveira; Silva; Rios; Cotrim, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do percurso desse estudo, podemos afirmar que a hipótese elencada no projeto de pesquisa intitulado “O trabalho do psicólogo tem como propósito gerar resultados de mudanças frente a saúde mental dos jovens em cumprimento as medidas

socioeducativas em meio aberto (LA) e (PSC)” — a saber: “Os fatores sociais do adolescente que comete ato infracional refletem na saúde mental e na sua construção pessoal e social”. foi confirmada no que diz respeito a promoção de saúde mental por meio do trabalho do psicólogo nas medidas socioeducativas em meio aberto e aos impactos sociais frente aos jovens que ocupam as classes marginalizada da sociedade.

A escolha por uma pesquisa qualitativa foi acertada porque possibilitou o aprofundamento na análise dos dados mesmo com uma quantidade pequena de participantes. Em meio a esse contexto, o estudo possibilitou compreender como ocorre a prática do psicólogo nas medidas socioeducativas em meio aberto na região, o que é um modo importante para proporcionar conhecimento sobre a psicologia nessa área de atuação.

Em meio aos dados apresentados, o perfil apontado pelos participantes, é de que os adolescentes que cumprem medida socioeducativa moram em bairros vulneráveis, intensamente permeados pelas diferentes formas de violação de direitos e violência, bem como pobreza e tráfico de drogas. Suas famílias são desestruturadas em decorrência de conflitos, desentendimentos, brigas, e apresentam vínculos fragilizados.

Com relação às percepções voltadas no que diz respeito ao termo “família desestruturada”, essa percepção está muito alinhada com o que a sociedade em geral pensa, mas entendemos que é importante que se tenha uma análise mais ampla sobre a questão, que é coletiva e dependente da presença do Estado.

O trabalho desempenhado pelos psicólogos frente as medidas socioeducativas revelam um cenário de dificuldades especialmente devido à precária articulação da rede de serviços dos quais o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa necessita. Falar sobre políticas, é falar sobre articulação entre diferentes ações de um próprio setor e também intersetorialmente.

Por fim, verificamos, a partir da análise das respostas dos participantes ao roteiro semiestruturado de entrevista, que o trabalho do psicólogo com as medidas socioeducativas em meio aberto é também um trabalho de cuidado de si em uma perspectiva foucaultiana e que tem resultados diretos no cuidado em saúde mental, uma vez que se apoia na clínica ampliada, que tem como objetivo expandir a possibilidade do exercício do cuidado em saúde mental em diferentes espaços por meio de ferramentas como a escuta, acolhimento, ações para desenvolvimento de autonomia e de autoconhecimento, visando possibilitar meios para que esse adolescente possa

re-significar tudo o que envolve o contexto do ato infracional realizado e fortalecer seus vínculos familiares e comunitários.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. Disponível em: <https://taymarillack.files.wordpress.com/2017/09/212474750-amarante-p-saude-mental-e-atencao-psicossocial.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN_L_1977_Analise_de_conteudo_Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. [S. l.], 18 jan. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 23 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. [S. l.], 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm#art1. Acesso em: 13 maio 2023.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política nacional de assistência social, PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 29 nov. 2023.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**: aprovada na Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2014a. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 26 de mai. 2023.

CAMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 28 nov. 2023.

CARVALHO, Élly; FARIAS, Isabela. **O Desafio do Trabalho Intersetorial dentro da Política de Assistência Social no Norte do Estado do Espírito Santo**. 2019. 25 pág. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – MULTIVIX. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/revista-mundo-academico-v12-n17-artigo-01.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em meio aberto**. Brasília: CFP, 2012. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/09/Atua%C3%A7%C3%A3o-das-Psic%C3%B3logos-em-Programas-de-Medidas-Socioeducativas-em-Meio-Aberto.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) no âmbito das medidas socioeducativas**. Brasília, DF: CFP, 2021. Disponível em: <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/029-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologos-em-Medidas-Socioeducativas.pdf> Acesso em: 14 mai. 2023.

DIB, Sandra; CASTRO, Lucia. O trabalho é projeto de vida para os jovens?. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [s. l.], p. 1-15, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25734/27467>. Acesso em: 22 nov. 2023

FARIA, Ana Amélia; BARROS, Vanessa. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], p. 536-544, 21 nov. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/jF9zDHHrLm6pgbXhcXtZYXf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2023.

FERREIRA, Ignez; PENNA, Nelba. TERRITÓRIO DA VIOLÊNCIA: UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, p. 155 - 168, 21 nov. 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73979/77638>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FERREIRA, Stela da Silva. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p.; 23. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 18 nov. 2023.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: História da violência nas prisões. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: o cuidado de si. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2016/09/FOUCAULT-Michel-Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-III.pdf> . Acesso em: 22 nov. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7^a. ed. Barueri: Atlas, 2022. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml1!\]/4/2/2%4051:41](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml1!]/4/2/2%4051:41). Acesso em: 11 mai. 2023.

GOMES, Marcel Maia; FERRERI, Marcelo; LEMOS, Flávia. **O cuidado de si em Michel Foucault**: um dispositivo de problematização do político no contemporâneo. *Fractal*, online, v. 30, n. 2, p. 189-195, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/HDPxLw3pNsbmmZPL.dnx6BRk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 nov. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Linhares-ES**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/linhares/panorama> . Acesso em 29 nov. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Aracruz-ES**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/aracruz/panorama>. Acesso em 29 nov. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Ibiracú-ES**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/ibiracu/panorama>. Acesso em 29 nov. 2023.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 154 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

MALVASI, Paulo; ADORNO, Rubens. A vulnerabilidade e a mente: conflitos simbólicos entre o diagnóstico institucional e a perspectiva de jovens em cumprimento de medida socioeducativa. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, p. 30-41, 21 nov. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/B3sZ964Hsvb5zKSFzPgW6cd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MINAYO, M. *et al.* **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21^a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. ISBN 85.326.1145-1. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> . Acesso em: 17 mai. 2023.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María D. P B. **Metodologia de pesquisa**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2013. *E-book*. ISBN 9788565848367. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

TEDESCHI, Kátia Mottin; DA SILVEIRA, Luiz Henrique Alves. **Hei, eu estou aqui! A clínica com adolescentes em liberdade assistida**. 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-939695> . Acesso em: 29 nov. 2023.

WASUM, Tatiana Vanesca. A Sociedade de Consumo e os Adolescentes: uma visão sobre as relações escolares frente à sociedade de consumo. **Revista Thema**, Pelotas, v. 9, 21 nov. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/136/71>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ANEXOS

TERMOS DE CONSENTIMENTOS LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a): Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizada pela aluna Thalia Fantin de Oliveira, graduanda do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ) e orientada pela Profª. Ma. Karina de Andrade Fonseca. O referido trabalho tem como título "Cuidado em saúde mental dos jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - LA e PSC na Proteção Social Especial de Média Complexidade.

JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa está sendo realizada por se tratar de um tema muito importante e necessário de ser analisado e discutido em decorrência de abranger uma temática relacionada à saúde mental dos jovens em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto - LA e PSC - frente ao olhar do profissional psicólogo atuante na área. A discussão proposta se justifica pela importância de analisar a questão pela ótica da Psicologia enquanto ciência e profissão, visando, assim, gerar conhecimento sobre a atuação do psicólogo nas medidas socioeducativas em meio aberto.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa inclui compreender como o trabalho do psicólogo reflete na vida dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, tendo como objetivos específicos: verificar, a partir do relato de sua prática, como o psicólogo compreende o perfil social dos adolescentes; conhecer o trabalho do psicólogo que atua nas medidas socioeducativas LA e PSC; verificar como ocorrem as ações de promoção da saúde mental frente a construção pessoal e social dos adolescentes; compreender a importância do processo de acolhimento e seus efeitos na saúde mental.



PROCEDIMENTOS

Se você aceitar o convite e assinar esse TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, estará concordando em relatar fatos ligados à sua vida profissional, especialmente no tocante a sua experiência com as medidas socioeducativas em meio aberto. Para tanto, será realizada uma entrevista, por meio de um roteiro semiestruturado, que abordará questões como sua trajetória profissional, sua visão sobre os adolescentes atendidos e como compreende o trabalho do psicólogo nesse contexto.

RISCOS E DESCONFORTOS

Não há riscos envolvidos ou despesas e você poderá, a qualquer momento, recusar-se a responder ou desistir da sua participação. Acreditamos também que o desconforto será mínimo, visto que será solicitado, apenas, que você responda a algumas questões sobre o seu trabalho.

BENEFÍCIOS

O principal benefício da sua participação na pesquisa encontra-se no fato de que, ao partilhar sua experiência profissional, você está contribuindo para produção de conhecimento em Psicologia, especialmente relacionados a atuação do psicólogo nas medidas socioeducativas em meio aberto.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO

Esclarecemos que você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo solicitar a interrupção da entrevista a qualquer momento, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não mais será contatado pelo pesquisador.



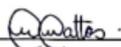
GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE

A pesquisadora se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após publicação do estudo em periódicos científicos. Em nenhum momento da pesquisa e após será publicada a sua identidade.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar a aluna finalista do curso de Psicologia que está desenvolvendo esse estudo (THALIA FANTIN DE OLIVEIRA) por meio do seguinte contato telefônico - (27) 998784103, tanto para ligação quanto para envio de mensagem via aplicativo de mensagem ou, também, através do e-mail (thaliafantin18@hotmail.com). Você também poderá contatar a professora orientadora, Ma. Karina de Andrade Fonseca, através do e-mail (karina.fonseca@fsjb.edu.br).

Aracruz, 21 de setembro de 2023.



Assinatura do(a) entrevistado(a)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a): Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizada pela aluna Thalia Fantin de Oliveira, graduanda do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ) e orientada pela Prof^ª. Ma. Karina de Andrade Fonseca. O referido trabalho tem como título "Cuidado em saúde mental dos jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - LA e PSC na Proteção Social Especial de Média Complexidade.

JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa está sendo realizada por se tratar de um tema muito importante e necessário de ser analisado e discutido em decorrência de abranger uma temática relacionada à saúde mental dos jovens em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto - LA e PSC - frente ao olhar do profissional psicólogo atuante na área. A discussão proposta se justifica pela importância de analisar a questão pela ótica da Psicologia enquanto ciência e profissão, visando, assim, gerar conhecimento sobre a atuação do psicólogo nas medidas socioeducativas em meio aberto.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa inclui compreender como o trabalho do psicólogo reflete na vida dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, tendo como objetivos específicos: verificar, a partir do relato de sua prática, como o psicólogo compreende o perfil social dos adolescentes; conhecer o trabalho do psicólogo que atua nas medidas socioeducativas LA e PSC; verificar como ocorrem as ações de promoção da saúde mental frente a construção pessoal e social dos adolescentes; compreender a importância do processo de acolhimento e seus efeitos na saúde mental.



PROCEDIMENTOS

Se você aceitar o convite e assinar esse TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, estará concordando em relatar fatos ligados à sua vida profissional, especialmente no tocante a sua experiência com as medidas socioeducativas em meio aberto. Para tanto, será realizada uma entrevista, por meio de um roteiro semiestruturado, que abordará questões como sua trajetória profissional, sua visão sobre os adolescentes atendidos e como compreende o trabalho do psicólogo nesse contexto.

RISCOS E DESCONFORTOS

Não há riscos envolvidos ou despesas e você poderá, a qualquer momento, recusar-se a responder ou desistir da sua participação. Acreditamos também que o desconforto será mínimo, visto que será solicitado, apenas, que você responda a algumas questões sobre o seu trabalho.

BENEFÍCIOS

O principal benefício da sua participação na pesquisa encontra-se no fato de que, ao partilhar sua experiência profissional, você está contribuindo para produção de conhecimento em Psicologia, especialmente relacionados a atuação do psicólogo nas medidas socioeducativas em meio aberto.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO

Esclarecemos que você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo solicitar a interrupção da entrevista a qualquer momento, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não mais será contatado pelo pesquisador.



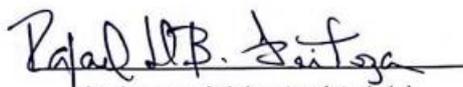
GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE

A pesquisadora se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após publicação do estudo em periódicos científicos. Em nenhum momento da pesquisa e após será publicada a sua identidade.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar a aluna finalista do curso de Psicologia que está desenvolvendo esse estudo (THALIA FANTIN DE OLIVEIRA) por meio do seguinte contato telefônico - (27) 998784103, tanto para ligação quanto para envio de mensagem via aplicativo de mensagem ou, também, através do e-mail (thaliafantin18@hotmail.com). Você também poderá contatar a professora orientadora, Ma. Karina de Andrade Fonseca, através do e-mail (karina.fonseca@fsjb.edu.br).

Aracruz, 27 de Setembro de 2023.


Assinatura do(a) entrevistado(a)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a): Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizada pela aluna Thalia Fantin de Oliveira, graduanda do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ) e orientada pela Prof^a. Ma. Karina de Andrade Fonseca. O referido trabalho tem como título "Cuidado em saúde mental dos jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - LA e PSC na Proteção Social Especial de Média Complexidade.

JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa está sendo realizada por se tratar de um tema muito importante e necessário de ser analisado e discutido em decorrência de abranger uma temática relacionada à saúde mental dos jovens em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto - LA e PSC - frente ao olhar do profissional psicólogo atuante na área. A discussão proposta se justifica pela importância de analisar a questão pela ótica da Psicologia enquanto ciência e profissão, visando, assim, gerar conhecimento sobre a atuação do psicólogo nas medidas socioeducativas em meio aberto.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa inclui compreender como o trabalho do psicólogo reflete na vida dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, tendo como objetivos específicos: verificar, a partir do relato de sua prática, como o psicólogo compreende o perfil social dos adolescentes; conhecer o trabalho do psicólogo que atua nas medidas socioeducativas LA e PSC; verificar como ocorrem as ações de promoção da saúde mental frente a construção pessoal e social dos adolescentes; compreender a importância do processo de acolhimento e seus efeitos na saúde mental.



PROCEDIMENTOS

Se você aceitar o convite e assinar esse TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, estará concordando em relatar fatos ligados à sua vida profissional, especialmente no tocante a sua experiência com as medidas socioeducativas em meio aberto. Para tanto, será realizada uma entrevista, por meio de um roteiro semiestruturado, que abordará questões como sua trajetória profissional, sua visão sobre os adolescentes atendidos e como compreende o trabalho do psicólogo nesse contexto.

RISCOS E DESCONFORTOS

Não há riscos envolvidos ou despesas e você poderá, a qualquer momento, recusar-se a responder ou desistir da sua participação. Acreditamos também que o desconforto será mínimo, visto que será solicitado, apenas, que você responda a algumas questões sobre o seu trabalho.

BENEFÍCIOS

O principal benefício da sua participação na pesquisa encontra-se no fato de que, ao partilhar sua experiência profissional, você está contribuindo para produção de conhecimento em Psicologia, especialmente relacionados a atuação do psicólogo nas medidas socioeducativas em meio aberto.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO

Esclarecemos que você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo solicitar a interrupção da entrevista a qualquer momento, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não mais será contatado pelo pesquisador.



GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE

A pesquisadora se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após publicação do estudo em periódicos científicos. Em nenhum momento da pesquisa e após será publicada a sua identidade.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar a aluna finalista do curso de Psicologia que está desenvolvendo esse estudo (THALIA FANTIN DE OLIVEIRA) por meio do seguinte contato telefônico - (27) 998784103, tanto para ligação quanto para envio de mensagem via aplicativo de mensagem ou, também, através do e-mail (thaliafantin18@hotmail.com). Você também poderá contatar a professora orientadora, Ma. Karina de Andrade Fonseca, através do e-mail (karina.fonseca@fsib.edu.br).

Aracruz, 22 de setembro de 2023.


Assinatura do(a) entrevistado(a)

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS DA PESQUISA

Eixo 1: Trajetória do Profissional

- 1- A psicologia foi a sua primeira opção de curso?
- 2- Quanto tempo de formação?
- 3- Quais são suas áreas de atuação?
- 4- A quanto tempo você iniciou na assistência?
- 5- É sua primeira experiência nessa área?
- 6- Qual o motivo de agora está atuando na assistência frente as medidas socioeducativas em meio aberto (LA) e (PSC)?

Eixo 2: O Adolescente

- 7- Como você descreveria esses adolescentes?
- 8- Qual o contexto familiar e social vivenciado por eles?
- 9- Quais vulnerabilidades esses jovens são expostos?
- 10- Você acredita que os fatores sociais têm por influenciar na construção social e pessoal desses adolescentes?
- 11- Qual a trajetória desses jovens? Eles vêm de outras políticas?

Eixo 3: O Trabalho do Psicólogo

- 12- Qual o papel do psicólogo nesse serviço?
- 13- Como é realizado o trabalho do psicólogo nas medidas socioeducativas em meio aberto (LA) e (PSC)?
- 14- O que o profissional da psicologia objetiva trabalhar com os jovens?
- 15- Qual o propósito do atendimento psicossocial a esses jovens?
- 16- Como a saúde mental dos adolescentes é trabalhada no serviço?
- 17- Você acredita que o o trabalho do profissional da psicologia promove a saúde mental aos jovens? De que forma?
- 18- Você considera que o trabalho da psicologia alcança os resultados da Tipificação?
- 19- Como é a relação do serviço com o sistema de justiça e com o conselho tutelar?

